

UNIDADE

1

Sociedades indígenas e cultura material: Introdução Conceitual

- 1.1. A primeira colonização da América
- 1.2. Dos vestígios à arqueologia da paisagem
- 1.3. Conceitos da Antropologia, História e Arqueologia
- 1.4. Dinâmicas sociais, poder e assimetria no contexto das relações interétnicas.



objetivos

1. Compreender os processos ocupação territorial e diversificação cultural vivenciados pelos indígenas na América e no Brasil
2. Entender a importância dos vestígios de cultura material indígenas para o estudo da nossa “História Antiga”
3. Adquirir noções acerca de conceitos de diversas ciências sociais que estudam os povos indígenas

1.1. A primeira colonização da América

Ocupação da paisagem, conformação de territórios e diversificação cultural do paleoíndio

Vamos começar nossa grande viagem pela história e pelas culturas indígenas a partir do começo de tudo: da chegada dos primeiros seres humanos no nosso continente! Este é um tema bastante polêmico no meio científico. A ocupação da paisagem e a conformação de territórios na grande porção de terra que viria a ser chamada de América após a chegada dos europeus em 1492 (ao Brasil, em 1500), se deu muito antes disso... Foi uma "aventura" vivida pelos ancestrais dos povos indígenas que conhecemos hoje.

A arqueologia é uma das ciências que se dedica a desvendar esses eventos, que constituem um capítulo emocionante e complexo da expansão humana pelo planeta. Entretanto, há disputas teóricas, metodológicas e políticas entre os grupos de cientistas que pesquisam esses temas e as diferenças de datações de materiais coletados nos sítios arqueológicos mais antigos do continente americano contribuem para ampliar os debates. Ainda assim, praticamente todos concordam que nossa espécie certamente não surgiu na América, pois não temos nenhuma evidência comprovada de evolução biológica humana no nosso território; por conseguinte, os grupos humanos que primeiro colonizaram o território americano chegaram de fora e já eram repre-

sentantes do *Homo sapiens sapiens*, nossa espécie atual.

As pesquisas da **paleontologia** humana apontam que, como toda espécie animal que vive nos dias de hoje, nós também passamos por um longo processo de evolução natural, e foi na África que aconteceu a transição entre seres que mais pareciam macacos (símios) até nosso gênero – *Homo* – e até nós, chamados "homens modernos". A savana africana foi o cenário onde apareceram os primeiros símios bípedes, que "desceram das árvores" para conquistar a terra, andando em postura mais ou menos ereta.

Até pouco tempo, o hominídeo (elo entre os símios e os homens) mais antigo conhecido era o *Australopithecus afarensis*. Seus fósseis, datados entre 2,9 e 3,9 milhões de anos, foram achados na Etiópia, na Tanzânia e no Quênia pelo professor Donald Johanson, em 1974. Entre os restos de 13 indivíduos, chamados de "A Primeira Família", encontrados no deserto de Afar, na Etiópia, estava o esqueleto de uma "mulher" denominada "Lucy", datado em 3,2 milhões de anos, que recebeu esse nome por causa da canção "**Lucy in the Sky with Diamonds**", da banda *The Beatles*, que tocava no acampamento dos arqueólogos no momento em que acharam o esqueleto.

[bem-vindo!]

Na Unidade 1 de nossa Especialização começaremos tratando da primeira colonização humana da América, da ocupação das diversas paisagens, transformadas em territórios de grupos de paleoíndigenas. Falaremos sobre o estudo de vestígios de cultura material deixados por esses povos e da arqueologia da paisagem. Em seguida abordaremos conceitos da Antropologia, História e Arqueologia que facilitam a compreensão da diversidade sociocultural indígena e, por fim, apontaremos algumas concepções e preconceitos referentes aos povos indígenas no senso comum e nas Ciências Sociais.

Paleontologia é a ciência que estuda as formas de vida – animais e vegetais – existentes em períodos geológicos passados, a partir dos seus fósseis. Saiba mais nos links:



Infoescola



Arqueologia e pré história



00:03:28



O *Australopithecus afarensis*, espécie à qual “Lucy” pertencia, representa o surgimento da forma básica de todos hominídeos, incluindo o homem moderno.



Esqueleto de “Lucy”
Imagem: Andrew Cleveland



“Lucy” (*Australopithecus afarensis*).
Reconstituição feita por John Gurche,
do Smithsonian Institute.

O gênero *Homo* só apareceu há cerca de 2 milhões de anos, e o *Homo habilis* é a espécie mais antiga do gênero. O *Homo erectus* viveu entre 2 milhões e 400

mil anos atrás e foi a primeira espécie humana a migrar para fora de África, chegando a viver na China, em Java, na Indonésia, e na Europa (onde ficou mais conhecido como *Homo heidelbergensis*). O surgimento do *Homo sapiens sapiens*, nossa espécie, é cercado de polêmica. Teria ocorrido por volta de 130.000 anos atrás, a partir da linhagem evolutiva do *Homo erectus*. No período entre 60.000 e 40.000 anos a.C. já teriam se manifestado, na nossa espécie, a maioria das habilidades humanas como, por exemplo, nossos processos para enterrar os mortos, nossas expressões artísticas e até técnicas de viagens marítimas!

A emigração do *Homo sapiens sapiens* para fora da África teria ocorrido entre 80.000 e 25.000 anos atrás. A partir daí nossa espécie humana se tornou cosmopolita, ou seja, alcançou e colonizou todo o planeta. Hoje somos únicos no nosso gênero, ou seja, a única espécie humana que sobreviveu. Os negros da África, os brancos louros da Europa, os povos “amarelos” de olhos amendoados da Ásia, as tribos aborígenes da Oceania, os índios “peles-vermelhas” da América, as sociedades mestiças como a nossa, no Brasil, enfim, todos os povos do planeta Terra, por mais que sejamos física e culturalmente diferentes, somos uma única espécie. Nossa humanidade nos unifica, nossa história tem a mesma origem e não há nenhuma justificativa biológica para o surgimento de preconceitos entre os povos do planeta!...

Somos herdeiros de uma aventura planetária: da sucessão de milhares de gerações de antepassados migrantes que contribuíram decisivamente para a transformação das diferentes paisagens naturais da

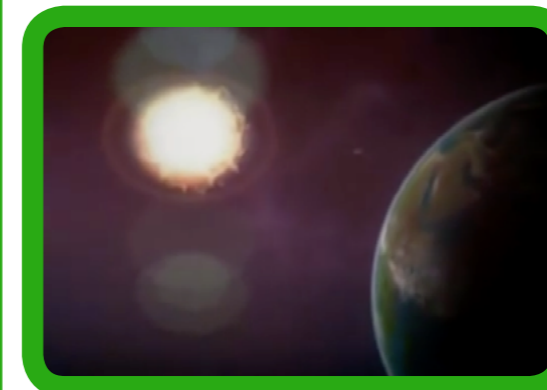


[saiba mais]

Para saber mais sobre a história de Lucy, assita ao vídeo!



00:06:20



Para saber mais sobre o Homo Habilis, veja aqui!



00:11:11



terra, que se tornaram territórios, “paisagens culturais” humanizadas. A América de hoje é resultado desse longo e trabalhoso processo...

Como já dito, de acordo com as evidências encontradas até o momento nos sítios arqueológicos, podemos afirmar que o homem veio de fora do continente americano. Mas...

Por onde chegou aqui? Como foi essa migração?

Vejamos algumas possíveis explicações apresentadas para essas questões:

1ª Hipótese:

A “teoria Clóvis”, explicação tradicional criada nos anos 1950, afirma que os primeiros humanos entraram em solo americano caminhando, pelo Estreito de Bering – faixa de terra que ligava, pelo extremo norte, a Ásia e a América. Essa teoria surgiu a partir do achado de uma ponta de lança localizada em Clóvis, no estado do Novo México (EUA), datada em torno de 11.500 anos **A.P.** Dali teriam saído grupos que conquistaram todo o continente americano. Essa hipótese tem perdido força devido às descobertas de vestígios humanos mais antigos do que os de Clóvis em outras regiões da América.



“Ponta Clovis”

Fonte: [Site Arqueologias](#)

2ª hipótese:

Mapa das migrações pelo norte (Estreito de Bering) e pelo Pacífico.

Fonte: [Educação Indígena / Direitos Humanos](#)



Migração através do Pacífico, com possível travessia do oceano utilizando embarcações que poderiam navegar de ilha em ilha, a partir da costa da Ásia até as praias do oeste da América. Essa hipótese ganha força, devido a achados de artefatos mais antigos do que os de Clóvis, escavados em sítios arqueológicos americanos próximos às praias do Pacífico.

3ª hipótese:

A **migração transatlântica** é a teoria mais polêmica, pois seus defensores afirmam que o homem teria chegado à América pelas praias do Oceano Atlântico, e alcançado o litoral do nordeste do Brasil há mais de 50.000 anos atrás, vindo diretamente da África ou da Europa em canoas rudimentares.

[saiba mais]

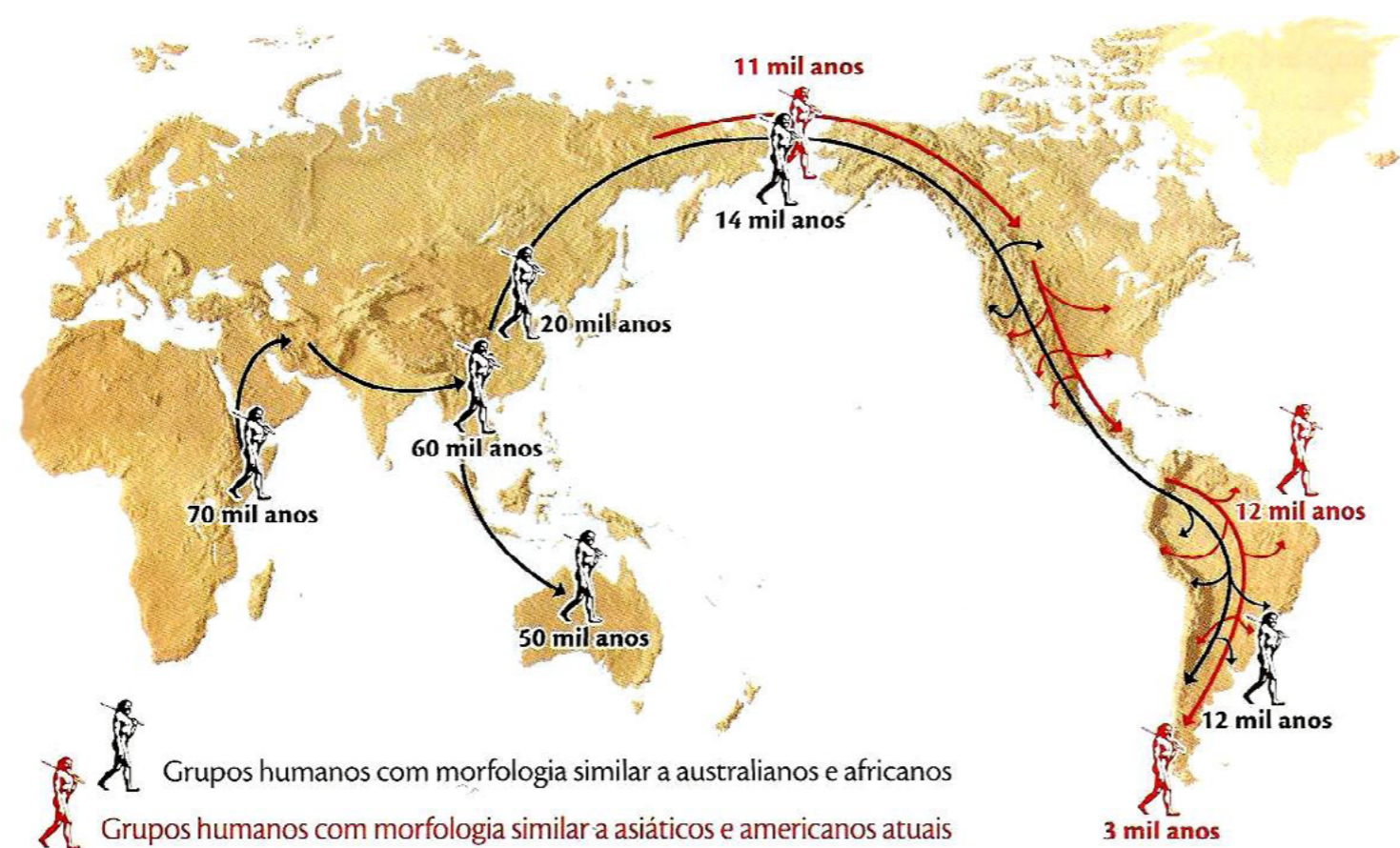
Sobre a 3ª hipótese, veja o vídeo “Niède Guidon e as Origens do Homem Americano” (1990)

A abreviação “AP”, utilizada na Arqueologia, significa “Antes do Presente”, tendo como referência do presente o ano de 1950. Se um determinado vestígio foi datado em 10.000 anos a.C. (antes de Cristo), essa datação equivaleria a 11 950 A.P.

4ª Hipótese:

A **teoria das migrações múltiplas** diz que os primeiros colonizadores das Américas teriam mesmo vindo do norte da Ásia, pelo Estreito de Bering, mas em, pelo menos, duas ondas migratórias – a primeira a mais de 14 mil anos atrás e a segunda há cerca de 11 mil anos. Já na América, os grupos humanos teriam migrado para o sul do continente, explorando toda a costa pacífica. A penetração humana no interior do nosso território teria ocorrido aos poucos.

De qualquer modo, o processo de povoamento do território americano resultou na ocupação de todo o continente, desde as terras geladas do Alasca no extremo norte até a Patagônia e a Terra do Fogo, no extremo sul; e desde o litoral do oceano Pacífico até o litoral do Atlântico. Todos esses povoadores e seus descendentes, nas Américas, ao longo de milhares de anos, criaram modos de vida muito diferentes e viveram histórias que hoje procuramos desvendar.



Mapa duas migrações para a América.

Fonte: [História e Projetos](#)



[saiba mais]

Complemente seu conhecimento assistindo ao vídeo "Povoamento da América (Teorias)"

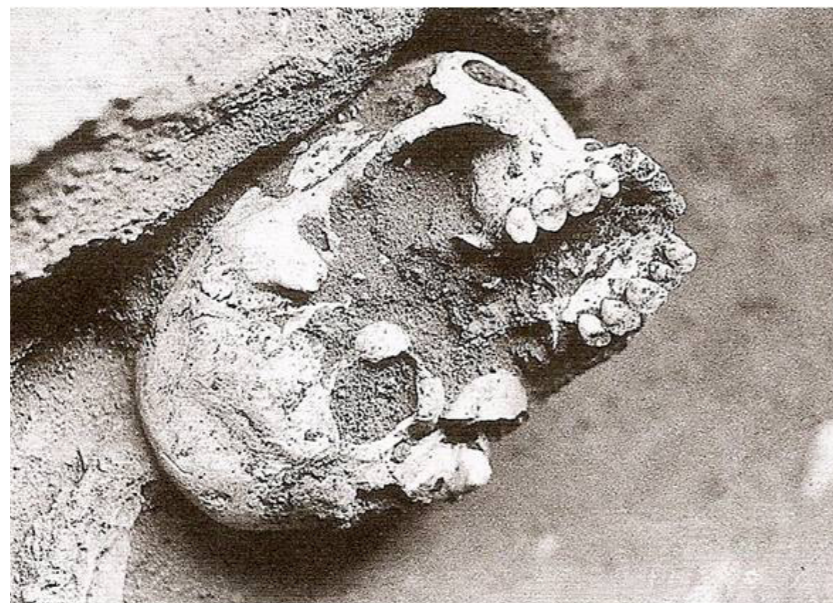


00:27:32



No Brasil, alguns pesquisadores defendem a existência de vestígios humanos anteriores à “teoria Clóvis”, ou seja, antes de 11.500 anos A.P. No Piauí, indicam a presença de vestígios datados em cerca de 50.000 anos A.P. Arqueólogos apontam que a Amazônia foi ocupada há pelos menos 14.000 anos, por grupos ancestrais dos indígenas que, posteriormente, passaram a produzir sofisticados objetos de cerâmica, dominar a agricultura e o manejo da paisagem.

Minas Gerais também se destaca nesse debate devido a importantes achados dentro do seu território: um dos primeiros e dos mais antigos fósseis humanos encontrados nas Américas, datado de 12.000 anos, era o esqueleto de uma mulher, descoberto em 1975, na cidade de Lagoa Santa, no centro do Estado. Esse fóssil foi batizado de “Luzia” – nome comum entre as mulheres do interior de Minas, e que ainda lembra “Lucy”, aquela Australopithecus africana representante dos nossos mais antigos ancestrais... Lembra?



Crânio de Luzia na escavação em Lagoa Santa, Minas Gerais.

Fonte: PROUS; BAETA; RUBBIOLI, 2003.

Tanto Lucy quanto Luzia foram encontradas em regiões de savana, ambiente no qual, devido ao clima seco, os restos mortais costumam se preservar

melhor. A descoberta do esqueleto de Luzia foi um grande achado para a arqueologia mundial! Gerou estudos e teorias sobre o processo migratório do homem para a América e sobre a cultura no Período Paleoíndio - recorte temporal que vai desde a chegada do homem no continente até o início da prática da agricultura (cerca de 8.500 A.P.).

Mas, infelizmente, seus ossos estavam depositados no Museu Nacional do Rio de Janeiro que, devido à falta de manutenção adequada, foi consumido por um grande incêndio no último mês de setembro de 2018 que colocou a perder praticamente todo seu acervo... Uma perda inestimável!

Arqueólogos costumam usar a expressão “horizonte cultural paleoíndio” para denominar o período ou a camada de um sítio arqueológico que contém os primeiros sinais de presença humana do território americano – restos de fogueiras, sepultamentos, artefatos de pedra lascada e pinturas rupestres – testemunhos de uma população rarefeita, dispersa e itinerante, que ocupava um ambiente frio e seco, onde caçava a megafauna (bisontes, cervídeos, camelídeos, cavalos, elefantes, antas, preguiças e tatus) e pequenos animais.



[saiba mais]

Sobre o incêndio que destruiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro,, consulte os links:



UOL



Justificando



apublica

[sobre Luzia]

Saiba mais sobre “Luzia” e o “Povo de Lagoa Santa” no vídeo “O berço de Luzia”



00:10:18



No Brasil, o termo “paleoíndio” também é bastante empregado para designar alguns grupos indígenas ancestrais. Segundo teorias recentes, durante a chegada dos primeiros humanos por aqui, nosso território teria recebido dois grandes fluxos migratórios e foi ocupado por dois grupos de paleoíndios itinerantes de aparência e tradições diferentes. São eles:

1º Negróides:

Teriam sido os primeiros habitantes do Brasil pré-histórico e eram, provavelmente, mais parecidos com os negros africanos e com os aborígenes da Austrália do que com os indígenas de hoje em dia. Seus crânios eram ovais e as faces projetadas para frente, com narinas largas. “Luzia” e seu grupo, chamado de “Povo de Lagoa Santa” eram paleoíndios negróides.



Reconstituição da face de Luzia feita por profissionais do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Feição de um aborígene australiano.
Fonte: [Espaço Geográfico](#)

2º Mongolóides:

Povos que, provavelmente, compuseram um segundo fluxo de migrantes que ocupou nosso território, já marcado pela presença dos “negróides”. Seus crânios apresentavam faces achatadas, com olhos “puxados”, amendoados, semelhantes aos olhos de povos asiáticos como os habitantes da Mongólia, China e Japão.



Face de homem habitante da Mongólia - Ásia.
Fonte: [Fórum](#)

“Índio Tapuia” - Albert Eckhout (pintura do Século XVII)

Face de um indígena brasileiro nos dias de hoje, apresentando feição mongolóide.
Fonte: [Teleiós](#)

[saiba mais]



Sugestões de leituras na internet sobre os temas da subunidade:



Página História e Projetos



Blog Mirim: Povos indígenas do Brasil



Reportagem do jornal O Tempo



UOL Escolar: Click e Aprenda

referências

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. Ed 2005.

LEROI-GOURHAN, André. **Pré-história**. São Paulo: EdUSP, 1981.

MEGGERS, Betty J. **América Pré-histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NEVES, Eduardo Goes. Duas interpretações para explicar a ocupação pré-histórica na Amazônia, in Maria Cristina. In: TENORIO, M. C (Ed.). **Pré-história da Terra Brasilis**. R.J: Ed. UERJ, 2000, p. 359-367.

NEVES, Walter Alves. **A primeira descoberta da América**. Ciência Hoje, nº 15, 1992, p. 38-48.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. **O Povo de Luzia** – em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André. “As Primeiras Populações do Estado de Minas Gerais”, In: TENORIO, M. C (Ed.) **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 101-114.

RESENDE, Maria Leônia et all. **Mundos Nativos: culturas e história dos povos indígenas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

ROOSEVELT, Anna. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro, In: TENORIO, M. C (Ed.) **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 35-50.

1.2. Do estudo de vestígios da cultura material à arqueologia da paisagem

Vamos começar essa subunidade falando sobre a expressão “cultura material”, que se refere ao conjunto de objetos produzidos dentro de “uma cultura” específica. A cultura material é tema de estudos antropológicos, históricos e, principalmente, arqueológicos.

Todas as sociedades vivas têm sua cultura material. Fazem parte da nossa cultura material ocidental atual, por exemplo, nossas roupas, os objetos que usamos em casa, o celular, o computador e vários outros aparelhos eletrônicos. Da mesma forma, todos os vestígios encontrados e escavados em sítios arqueológicos – ferramentas, pinturas rupestres, material cerâmico, restos de enterramentos e de habitações deixadas por povos ancestrais, extintos ou não – contam um pouco da história do grupo que viveu naquele lugar. As marcas da presença humana no ambiente dão pistas de como eram as antigas habitações e de como os territórios eram explorados e organizados; sepultamentos escavados mostram que tipo de cuidados tinham com os mortos e, algumas vezes, indicam a posição social do morto, quando esse é enterrado de maneira diferenciada em relação aos outros membros do grupo; através da identificação e pesquisa das “oficinas” de produção de artefatos podemos saber um pouco mais sobre como a cultura e as necessidades materiais influenciavam na fabricação de ferramentas e de outros objetos usados no cotidiano.

Ponta de lança de pedra lascada – Andrelândia, MG

Foto: Cristiano Lima, 2010



Machadinhas de pedra polida – Lagoa Dourada, MG

Foto: Cristiano Lima, 2017



Machadinha semilunar de pedra polida – Curvelo, MG

Foto: Cristiano Lima, 2006



O estudo dos vestígios de cultura material é fundamental para o conhecimento sobre as populações e o processo de ocupação do território brasileiro. São bem variadas as formas de avaliar os objetos que compõem uma determinada cultura material: podem ser analisados pelos materiais empregados na confecção do objeto; pela maneira como foram executados; pela forma das peças prontas; pelos padrões de decoração do objeto (quando houver decoração); pela maneira como os objetos eram utilizados (é possível identificar marcas de uso); e até mesmo pela maneira como os objetos foram descartados, ou jogados fora após perder sua utilidade. Tudo isso é fonte de informação para o pesquisador.

Entre os vestígios que compõem a cultura material dos paleoíndios no Brasil, temos três categorias que são bastante importantes: o lítico, a arte rupestre e a cerâmica arqueológica.

Lítico, ou **“indústria lítica”**, se refere ao conjunto de vestígios de pedra trabalhada pelo homem, seja através do lascamento ou do polimento, sendo que a técnica do lascamento para a confecção de ferramentas foi utilizada durante todo o período paleoíndio, desde mais de 12.000 anos atrás, tanto por povos “negroides” quanto pelos “mongoloides” e continuou em uso após a invenção da agricultura.



00:09:08



Painel de pinturas rupestres da Tradição Nordeste no Piauí

Fonte: [FUNDHAM](#)



Pinturas rupestres na Serra do Lenheiro – São João del-Rei, MG

Foto: Cristiano Lima, 2011



Gravuras rupestres escavadas em rocha – Carmópolis de Minas, MG

Foto: Cristiano Lima, 2011



Os paleoíndios “negroides”, provavelmente os primeiros habitantes do nosso território, tinham estatura pequena ou mediana, utilizavam as grutas e abrigos naturais das rochas para se proteger e para enterrar seus mortos. Não praticavam a agricultura, alimentavam-se de vegetais que coletavam na natureza e de pequenos animais que eram caçados com lanças e flechas feitas com pontas de pedra lascada. Nos seus sítios arqueológicos encontramos vestígios de fogueiras, ossadas enterradas, ferramentas, conchas e dentes de animais que podem ter sido utilizados em ornamentos corporais. Não sabemos exatamente o que aconteceu com os povos “negroides”. Alguns pesquisadores dizem que eles podem ter dado origem a grupos indígenas Jê, tradicionalmente caçadores-coletores, como os “Botocudo” (MG, BA e ES), Nhambiquara (Mato Grosso) e Kaingang (sul do Brasil). Outras teorias supõem que eles foram mortos pelos povos “mongoloides” que chegaram para conquistar o território, ou ainda que os dois grupos podem ter se fundido, formando “famílias paleoindígenas mestiças”.

A partir de cerca de 8.000 anos atrás os sítios arqueológicos indicam a chegada de um segundo grupo indígena no nosso território, os povos “mongoloides”, que, como seus antecessores, os “negroides”, ainda eram seminômades, dependendo da caça e da coleta para sobreviver. No entanto, adaptaram-se bem ao ambiente, sua população cresceu e se diversificou. Todos os diferentes grupos que surgi-

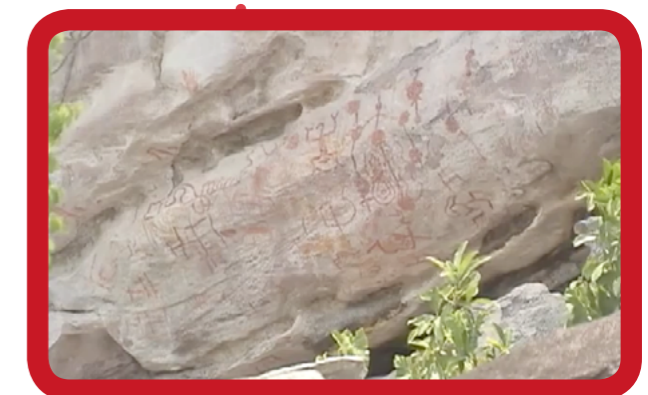
ram a partir daí ainda viveram muito tempo como caçadores-coletores e continuaram a transformar a paisagem. Foi nesse período que passaram a pintar ou imprimir símbolos nas rochas por onde passavam. Assim, o surgimento da arte rupestre demarca a chegada de grupos paleoindígenas “mongoloides” no nosso território, pois não há provas de que os povos “negroides” pintavam ou gravavam figuras nas rochas.

Podemos conceituar **“arte rupestre”** como o conjunto de inscrições, pinturas e gravuras, realizadas pelos povos antigos em paredões, rochedos ou abrigos nas rochas. A maioria das pinturas rupestres que vemos hoje em dia foi feita com pigmentos minerais (terras coloridas) misturados à água e a gorduras de animais, formando uma espécie de “tinta”. Para desenhar, usavam pincéis de fibras vegetais ou o próprio dedo. Já as gravuras, são conjuntos de figuras feitas através da retirada de lascas das rochas utilizando objetos mais duros.

Estudos sobre arte rupestre no Brasil pesquisam datações, procurando identificar a idade das pinturas e das gravuras, mas também analisam suas formas, temáticas, técnicas de execução, frequência e local de ocorrência. Os arqueólogos procuram comparar os diferentes sítios pintados e gravados, tentando identificar os diversos grupos culturais que seriam seus autores, e propondo uma divisão didática da



00:05:28



arte rupestre em “tradições” ou “estilos”. A sucessão de estilos e as datações indicam relações culturais e temporais entre os diversos sítios arqueológicos, mas não existe uma maneira de saber por que essas inscrições foram feitas. Além de constituir uma expressão artística no ambiente, as pinturas e gravuras rupestres podem ter surgido em cultos religiosos dos povos antigos, ou para registrar informações sobre o meio natural. Alguns teóricos dizem que as expressões de arte rupestre podem até ser uma espécie de escrita muito antiga, mas a interpretação dos grafismos, hoje em dia, é impossível, pois perdemos o código de decifração e leitura das figuras.

Pinturas e gravuras rupestres deixaram de ser executadas por volta de um milênio antes da chegada dos portugueses. Em torno de 2.500 anos atrás, alguns grupos indígenas migraram das regiões rochosas para os vales dos rios, em busca de terras mais férteis para ampliar o cultivo das primeiras variedades de plantas úteis em processo de domesticação. Passaram de “caçadores-coletores” a produtores de alimentos. Embora a caça ainda fosse uma atividade importante, para se dedicar ao plantio das primeiras “roças” os grupos agricultores precisaram, gradualmente, se fixar em territórios mais restritos e criar novas ferramentas para trabalhar, como os artefatos de pedra polida. Com a maior disponibilidade de alimentos, resultado da prática da agricultura, houve um aumento da população e surgiu a necessidade de produzir artefatos para cozinhar, para preparar farinhas e recipientes para armazenar grãos e bebidas. Os indígenas, tradicionalmente, já usavam cabaças e trançados feitos de fibras vegetais no seu cotidiano e as novas necessidades dos povos agricultores teriam feito com que eles começassem a modelar, em maior quantidade, objetos de cerâmica: tigelas, pratos, urnas, potes, panelas, moringas.

A cerâmica tornou-se material versátil, utilizado para armazenar e preparar alimentos, nos rituais, como adornos corporais e como urna funerária. Para os

Tigela de cerâmica marajoara – acervo do Museu da USP, São Paulo



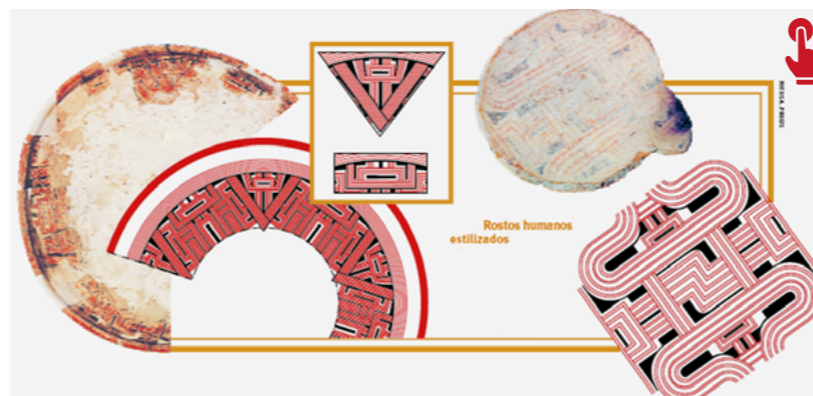
Vaso de “cariátides” da cultura tapajônica (Santarém) – acervo do Museu Emilio Goeldi, Belém (PA)



Urna da cultura maracá - acervo do Museu Emilio Goeldi, Belém (PA)



arqueólogos, constitui um “material ideal” por ser um vestígio resistente e abundante, do qual se extraem informações pelo estudo da forma das peças, da composição material (tipos de argila e outros ingredientes da massa utilizada), das técnicas de elaboração e de queima usadas para que o material ganhe resistência e das marcas de uso e descarte das peças. Muitas culturas indígenas americanas foram identificadas apenas através de sua cerâmica. No território brasileiro existiram grandes “famílias ceramistas”, também divididas em “tradições” arqueológicas.



Grafismos da Tradição Tupiguarani nas peças de cerâmica. Clique na imagem para acessar o artigo completo de onde retiramos a imagem ou baixe o PDF clicando no ícone ao lado!

[saiba mais]

Ritual da Imagem: Arte Asurini do Xingu - cerâmica

00:06:12

Do Brasil para o Mundo: as cerâmicas da Amazônia produzidas com técnicas antigas

00:05:31

Muitos grupos ceramistas se extinguíram antes e após a colonização portuguesa, no entanto, as técnicas e formas das cerâmicas indígenas continuam presentes nas peças produzidas pelos indígenas atuais, bem como, nas obras e procedimentos de diversos artistas populares brasileiros.

resumindo...

Foi assim que, ao longo dos últimos, pelo menos, 12.000 anos, diferentes povos indígenas penetraram, colonizaram e transformaram nosso território, produzindo novas paisagens. Esses povos se subdividiram em vários grupos e enquanto uns continuaram vivendo como “caçadores-coletores” itinerantes, outros foram se fixando em territórios mais delimitados, dedicando-se à agricultura. Quando os portugueses chegaram a essas terras encontram variadas culturas indígenas vivendo aqui. Quando estudamos os vestígios da cultura material – artefatos líticos, expressões de arte rupestre e a cerâmica – produzidos por esses grupos indígenas ancestrais percebemos o quanto eles são diferentes entre si. E, embora as classificações dos vestígios arqueológicos cumpram um papel importante na organização das pesquisas, essa metodologia tem sido revista em estudos mais recentes, focados na própria paisagem, vista como herança indígena. Ou seja, é importante estudar os vestígios e os artefatos, mas sempre dentro de um todo que é a paisagem na sua complexidade e riqueza; entendida, ela mesma, como uma construção cultural, como resultado do acúmulo de práticas, intervenções e transformações ocasionadas pela sucessão temporal de diversas culturas que a utilizaram. Por isso, nas pesquisas, é fundamental preservar o contexto dos objetos arqueológicos, estudá-los no lugar onde foram achados, pois, assim, teremos condição de coletar mais informações sobre a cultura que estamos



[dica]



Conheça mais sobre as tradições arqueológicas na arte rupestre e na cerâmica indígena brasileira lendo os dois livros do arqueólogo André Prous, disponibilizados na biblioteca da plataforma

pesquisando. E quando alguém encontra, por exemplo, cacos ou potes de cerâmica, machadinhas de pedra ou outros vestígios que indicam a existência de um sítio arqueológico enterrado, não deve retirar os objetos do local, mas chamar algum pesquisador (historiador, geógrafo ou arqueólogo) que, certamente, deve saber como preservar a área, considerada legalmente um patrimônio nacional, para futuras pesquisas.



[saiba mais]

Para saber mais sobre a cerâmica indígena em Minas Gerais, acesse o vídeo “Resgate da Cerâmica Indígena”



00:07:57



referências

BERNARDO, Danilo Vicensotto. “O Nome da tribo”. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 6, nº 71. Rio de Janeiro: SABIN, 2011, p 34-35.

CRIADO BOADO, Felipe. Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje. In: **SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología**. Vol 2. Universidad de Sevilla. 1993.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

NATALINO, Eduardo et al. **Por Ti América – Arte pré-colombiana**. Rio de Janeiro: MINC/Centro Cultural Banco do Brasil, 2006.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. **O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos**. São Paulo: Globo, 2008.


PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

_____. As Primeiras Populações do Estado de Minas Gerais, In: In: TENÓRIO, M. C. (Ed.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 101-114.

PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. **O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2003.

PROUS, André (e PIMENTEL, Lucia Gouvêa – orientações pedagógicas). **Arte Pré-histórica do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

RESENDE, Maria Leônia et al. **Mundos Nativos: culturas e história dos povos indígenas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SALES, Cristiano Lima. **A Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho**. [Dissertação \(Mestrado\)](#). UFSJ: São João Del Rei, 2012. 

ROOSEVELT, Anna. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro, In: TENÓRIO, M. C. (Ed.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 35-50.

Depois de conhecer um pouco sobre as expressões artísticas, as tecnologias e a cultura material dos nossos ancestrais indígenas, relembre os conteúdos estudados nas subunidades anteriores e assista o documentário "O Ateliê de Luzia", disponível no link a seguir. Esse documentário vai ajudá-lo a entender melhor o que já estudamos e será a base da discussão que vamos propor nesta atividade. Vamos lá?



01:19:41



Pense sobre as diferenças e semelhanças entre os indígenas e nós, comparando, por exemplo, o hábito de certos grupos indígenas de pintar seus grafismos nos paredões rochosos e o comportamento de tribos urbanas como os pichadores e grafiteiros, que deixam suas marcas nas nossas grandes cidades.

Se esse assunto te interessou, procure assistir, ainda, a esta reportagem:



00:06:54



FÓRUM TEMÁTICO 1



Agora coloque sua opinião sobre as seguintes questões no nosso primeiro fórum temático:

- 1) Podemos afirmar que os indígenas que viviam no nosso território antes da chegada dos europeus eram muito mais primitivos que nós? Por quê?
- 2) Podemos afirmar que nós, "brancos" ocidentais, somos mais evoluídos que os índios? Em que aspectos? Como você chegou à sua conclusão?

ATENÇÃO: Fique atento para os prazos!

Este Fórum Temático é uma atividade avaliativa que vale 10 pontos!

1.3. Conceitos da Antropologia, História e Arqueologia

Categorias para a compreensão da diversidade sociocultural indígena e a etnohistória como tema transversal

Conforme já frisamos, antes da chegada dos portugueses nosso território era densamente povoado por uma diversidade muito grande de povos indígenas. Só na Amazônia haveria por volta de 5,5 milhões de pessoas. Estudos arqueológicos mostram que os povos indígenas amazônicos eram diferentes entre si, viviam de modos diferentes e tinham uma cultura material diversificada. Outra evidência dessa diversidade cultural na região amazônica é a variedade de línguas que eram e ainda são faladas pelos diferentes grupos indígenas locais.

E se compararmos os povos da Amazônia com os indígenas das regiões Nordeste, Sudeste, Centro-oeste e Sul do Brasil, perceberemos que estamos falando, de fato, de uma variedade imensa de povos. Mesmo hoje em dia, depois que muitos grupos foram extintos no processo de conquista e integração à nossa sociedade, o Brasil abriga povos de origens e tradições muito diversas. A Antropologia é a ciência que procura estudar a diversidade cultural humana. Quando associada à História, que cada vez mais procura incluir todos os povos no seu campo de estudo, as pesquisas mostram que preservar a diversidade cultural é fator de suma importância para a história da humanidade.

Para tentar entender e organizar didaticamente a diversidade das sociedades indígenas na América, os cientistas sociais passaram a classificá-las de acordo com critérios culturais, econômicos, sociais e políticos ocidentais. No Brasil, uma das principais classificações propostas para os povos indígenas utiliza a Linguística como marcador de diferenciação, dividindo os grupos entre troncos ou famílias das línguas indígenas: Tupi-guarani, Jê, Caraíba, Aruaque e outras línguas de expressão regional. E foi justamente para tentar classificar grupos extintos que os arqueólogos criaram as “tradições arqueológicas” – categorias de classificação baseadas nos vestígios da cultura material deixados pelos povos pesquisados, sejam eles pinturas e gravuras rupestres, cerâmica e/ou objetos de pedra. No estudo da arte rupestre, por exemplo, as tradições são estabelecidas através do estudo das formas dos desenhos, das temáticas exploradas, das técnicas de execução, da frequência e do local de ocorrência.

LEMBRE-SE! Para saber mais sobre as tradições arqueológicas basta ler os dois livros do arqueólogo André Prous, disponibilizados na biblioteca da plataforma!



[saiba mais]

Amazônia Pré-colonial - Arqueologia e conservação



00:07:50



Para conhecer mais sobre a diversidade dos povos indígenas brasileiros, frequente a página **interativa** Povos Indígenas do Brasil.

Outra categorização bastante utilizada por historiadores, antropólogos e arqueólogos no Brasil, leva em conta os padrões de mobilidade/assentamento dos diferentes grupos de paleoíndios, dividindo-os em:

1º - Paleoíndios “seminômades”, “caçadores-coletores” ou itinerantes:

Povos indígenas que não eram verdadeiramente nômades, pois não vagavam a esmo pelo território que exploravam, mas seguiam roteiros de migração para obter recursos disponíveis em um território bem definido e conhecido por eles. Sobreviviam da caça e da coleta, e não conheciam ou não utilizavam a agricultura como principal fonte de alimento. Eram sociedades indígenas de pequenas tribos, com baixa densidade populacional, que formavam acampamentos em vez de aldeias. Esses povos ocuparam regiões de toda a América, vivendo nas paisagens mais áridas como nas planícies mais secas, nas encostas rochosas e nas florestas mais fechadas e úmidas. Podem ser colocados nessa categoria os autores dos desenhos rupestres brasileiros, assim como os paleoíndios itinerantes que viveram no Planalto Central brasileiro e que, provavelmente, foram os ancestrais dos povos Jê do Brasil central.

Destacamos que os diferentes grupos de paleoíndios não estavam isolados uns dos outros. Tudo indica que amplas redes de trocas comerciais e culturais uniam áreas e povos. Até mesmo a distribuição geográfica dos diferentes grupos favorecia o contato entre eles, pois tribos itinerantes de “caçadores-coletores” podiam viver em terrenos áridos, próximos das aldeias de índios semi-sedentários. Contudo, todos os grupos tinham consciência da di-

ferença entre eles e as relações entre as diferentes culturas nem sempre eram harmônicas, podendo resultar em guerras tribais.

É necessário frisar que todas as categorizações que mencionamos foram criadas pelos pesquisadores, no contexto cultural ocidental, a partir das percepções de um olhar científico que observa as culturas indígenas pelo lado de fora. É o nosso olhar, portanto, que criou a diferenciação expressa nas categorias que utilizamos.

2º - Paleoíndios semi-sedentários:

Grupos que dominavam um território mais ou menos fixo onde viviam da agricultura, da caça e da coleta, mas que, no decorrer do tempo, mudavam suas aldeias de lugar em busca de novas áreas para plantio de suas “roças” e de alimentos a serem coletados no território que ocupavam. A caça ainda era vital para esses povos, mas devido à produção de gêneros pela agricultura que praticavam, a população seria mais numerosa do que a dos povos itinerantes. Estão nessa categoria os Tupi-guarani, possíveis ancestrais dos Tupinambás, que mantiveram contato próximo com os portugueses no Brasil colonial.

Alguns conceitos utilizados por historiadores, antropólogos e arqueólogos podem nos orientar no estudo das semelhanças e diferenças entre nós e os povos indígenas, no sentido de nos compreendermos melhor! Junte-se a Geografia, a Sociologia, a Linguística e a Psicologia e teremos o campo das Ciências Humanas. Tais ciências surgiram e evoluíram, inicialmente, em países como Alemanha, França, Itália, Espanha e Portugal. Depois o “modo de pensar científico” chegou às colônias europeias na América e, como o Brasil foi colonizado por Portugal, herdamos da metrópole portuguesa tanto as bases da mentalidade científica vigente, quanto o modo de pensar da Europa ocidental. Esse “nosso ponto de vista europeu”, talvez seja o que mais nos distancia, hoje em dia, da cultura e mentalidade indígena...

Saiba mais sobre os vestígios dos paleoíndios caçadores-coletores acessando o vídeo “Ocupação do ‘Brasil’ primordial”



00:04:23



A partir do século XVI, a “conquista” europeia de outras regiões do mundo habitadas por povos de culturas diferentes, como os da América, colocou o desafio do convívio entre europeus e não-europeus. As diferenças, percebidas logo nos primeiros contatos, intrigaram os europeus e, a partir daí, os “exóticos” povos americanos passaram a ser objeto de grande interesse das Ciências Sociais que, por sua vez, passaram a ser utilizadas como um instrumento no processo de pesquisar o “outro”. A Antropologia foi a ciência que, imediatamente, mais se beneficiou de tal contato. A partir do encontro do mundo europeu com o mundo “tribal”, vários novos conceitos científicos foram criados. Vejamos alguns ao lado:

referências

BARTH, Frederick. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1988, p. 187-227.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. (Organização e tradução Celso Castro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2002.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA NETO, Edgard, “História e etnia”, in CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 313-328.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André (e PIMENTEL, Lucia Gouvêa – orientações pedagógicas). **Arte Pré-histórica do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1997.

SALES, Cristiano Lima. Etnias, fronteiras e ciências humanas: a contribuição da História da América. In: **Cadernos da História**, ano VII, nº. 2. Ouro Preto: dezembro de 2012. p. 97-123.

[alteridade]

É a capacidade de perceber o outro e, em contrapartida, de me perceber. É a capacidade de reconhecer a diferença no outro, mas também de perceber o que ele tem em comum comigo. Assim, a minha existência, a existência do meu “eu-individual”, depende do contato, da relação com o outro, daquele que não é igual a mim. A noção do outro ressalta a diferença entre nós e imprime dinâmica às nossas relações sociais e culturais.

[cultura]

Até os anos 1960 a cultura era entendida como o conjunto de hábitos, comportamentos e regras comuns aos membros de um povo. Cada grupo transmitiria seus traços culturais a partir do nascimento, ou seja, a cultura do grupo determinaria o comportamento do indivíduo. A preservação de cada cultura dependeria do isolamento, pois, o contato entre grupos de culturas diferentes certamente resultaria na “aculturação” – desagregação e perda da identidade cultural do grupo “mais fraco” e imposição da cultura do grupo “mais forte”. A partir do diálogo entre a Antropologia e a História essa visão bastante rígida sobre a cultura como um conjunto de traços imutáveis, conservados ao longo do tempo, foi superada. A existência de grupos culturais isolados é uma raridade e as trocas culturais sempre foram a realidade mais comumente observada na História da Humanidade. Mesmo nas situações em que houve “conquista” de um grupo sobre outro, a cultura do grupo “dominado” resiste, se misturando à cultura do grupo “dominador”, resultando em uma situação cultural nova para ambos os grupos em contato. Assim, não há, nem nunca houve, uma cultura “pura”. A cultura deve ser entendida como um processo em movimento, como um conjunto de traços culturais mais ou menos flexíveis – maneiras de vestir, comunicar, relacionar, cultivar..., em constante mudança. É preciso ressaltar que o uso palavra “cultura” no Brasil teve origem nas Ciências Sociais ocidentais e que toda vez que utilizamos essa palavra para delimitar “culturas indígenas”, estamos empregando uma palavra que, até poucos séculos atrás, não era utilizada pelos próprios indígenas. Para eles, o que chamamos de “cultura” equivaleria ao conjunto de seus costumes e tradições.

[etnia]

Também é uma palavra criada e utilizada pelas Ciências Sociais, que sofreu mudanças parecidas às que aconteceram com o conceito de cultura. Uma etnia não é mais entendida como um grupo que tem sua identidade cultural isolada. Um grupo étnico só pode surgir de dois movimentos: 1º) pela atribuição: quando o indivíduo diz que pertence àquele grupo étnico e quando o grupo étnico reconhece que aquele indivíduo pertence a ele; 2º) pelo contato com outro grupo diferente. Para se afirmar, uma etnia precisa da alteridade, da relação do “nós” X “os outros”; só pode ser reconhecida no contraste com outras etnias. Uma etnia surge de processos de identificação entre seus membros e de diferenciação do grupo étnico em relação a outro grupo. Grupos étnicos que, para nós, são culturalmente muito parecidos, podem se considerar, entre eles, completamente estranhos e serem até inimigos. O que cria a separação, a “fronteira”, entre etnias é a vontade de se diferenciar e o uso de traços culturais escolhidos pelo próprio grupo como marcadores de sua identidade étnica específica, diferente da identidade étnica dos outros. Etnia é um termo bastante utilizado para demarcar a situação de grupos culturais “minoritários”, semi-isolados, ou que, mesmo vivendo situações de contato com outros grupos, fazem questão de preservar suas diferenças. A Etnohistória surge como campo científico que, utilizando métodos da antropologia e da arqueologia, pretende dar conta da diversidade histórico-cultural de todos os povos e etnias, inscrevendo-os no corpo da História da Humanidade.



Pense um pouco mais sobre o significado da palavra “cultura” ouvindo a música de Arnaldo Antunes no link “Cultura - Arnaldo Antunes”

1.4. Dinâmicas sociais, poder e assimetria no contexto das relações interétnicas

Diversas concepções e preconceitos referentes aos povos indígenas no senso comum e nas Ciências Sociais

Vamos falar um pouco mais sobre Etnohistória? Este é um campo de estudos muito vasto, mas, em síntese, como a própria palavra sugere, trata da história dos grupos étnicos.

Integrando métodos e conceitos de diversas áreas do conhecimento, a Etnohistória amplia sua participação no campo da arqueologia, pesquisando vestígios de grupos extintos, e entra no campo da antropologia, incorporando as pesquisas sobre todos os “tipos” de sociedades e grupos humanos vivos.

Para realizar seus estudos, o cientista social (antropólogo, historiador ou arqueólogo) precisa agir de acordo com dois princípios: 1) princípio da Alteridade: capacidade de perceber as diferenças entre “nós” (que pesquisamos) e “os outros” (que são pesquisados); e 2) princípio do Relativismo Cultural: método de observação de sistemas culturais de sociedades diferentes da sociedade do pesquisador, em que ele tenta não utilizar parâmetros preconcebidos da sua própria cultura e procura entender a cultura pesquisada por ela mesma. Quando vai pesquisar um grupo cultural diferente do seu, o pesquisador deve fazer um esforço para se livrar dos preconceitos que carrega, tentando se colocar no lugar do “outro”, observando e vivenciando o cotidiano da cultura que vai pesquisar.

“Maloca dos Apiaká no rio Arinos” (1826) - aquarela do pintor naturalista Hercule Florence, mostrando sua visão do cotidiano dos indígenas.



Vaso de cerâmica bordado pela escrita do povo Maia (Guatemala) – peça do acervo do Kimbell Art Museum

Mas então, como tem sido possível escrever a história dos indígenas no Brasil? A partir do entendimento de que a escrita não é o único “suporte” documental possível de ser utilizado para se escrever a história de um povo e de que há uma diversidade de fontes que os historiadores podem usar para isso: imagens, objetos, arte indígena e relatos orais, por exemplo. Essa nova postura dos historiadores foi decisiva para possibilitar a escrita da história das sociedades americanas ágrafas, ou seja, aquelas que não conheciam a escrita, como a maioria dos grupos indígenas.

Na carência de fontes tradicionais escritas, o pesquisador da História Indígena precisa ampliar seu campo de estudo e recorrer a fontes e métodos alternativos, próprios da Antropologia e/ou da Arqueologia. No último caso é importante estabelecer parcerias com arqueólogos, que são os únicos profissionais autorizados a escavar sítios arqueológicos, para que a pesquisa se torne viável. O arqueólogo consegue “ler” cada camada de um sítio arqueológico que escava, assim como um historiador lê a página de um documento que estuda. Para escrever a história de um grupo indígena extinto, os “documentos da terra”, ou seja, tudo o que se encontra em uma camada de escavação de um sítio arqueológico daquele grupo, é tão importante quanto qualquer outro documento utilizado pelo historiador.

Na carência de fontes tradicionais escritas, o pesquisador da História Indígena precisa ampliar seu campo de estudo e recorrer a fontes e métodos alternativos, próprios da Antropologia e/ou da Arqueologia. No último caso é importante estabelecer parcerias com arqueólogos, que são os únicos profissionais autorizados a escavar sítios arqueológicos, para que a pesquisa se torne viável. O arqueólogo consegue “ler” cada camada de um sítio arqueológico que escava, assim como um historiador lê a página de um documento que estuda. Para escrever a história de um grupo indígena extinto, os “documentos da terra”, ou seja, tudo o que se encontra em uma camada de escavação de um sítio arqueológico daquele grupo, é tão importante quanto qualquer outro documento utilizado pelo historiador.

Nesse sentido, convém levantarmos uma discussão em torno do termo “Pré-história”. Ainda hoje aceita-se a ideia de que a invenção da escrita delimitaria a fronteira entre a História (campo do historiador) e a Pré-história (campo do arqueólogo). Assim, a escrita da História de um povo dependeria da existência de documentos históricos escritos por aquele povo, e as sociedades sem escrita viveriam na pré-história. Se levarmos em consideração a invenção da escrita como motivo da divisão tradicional entre História e Pré-história, todos os indígenas brasileiros viveram na pré-história até aprender a ler e escrever conforme os padrões de escrita trazidos pelos portugueses!

Mas como fica, hoje, a situação de grupos indígenas isolados ou que têm pouco contato com os brancos, e que não sabem ler e escrever?

Poderíamos afirmar que esses grupos que, como nós, vivem no presente, são pré-históricos?

Se, na língua portuguesa, o prefixo “pré” significa “antes de” ou “sem”, aplicado à palavra “história” para formar o termo “pré-história”, o prefixo “pré”, interpretado “ao pé da letra”, significaria: “antes da história” ou “sem história”. Dessa maneira, quando falamos que um povo é “pré-histórico” estamos sugerindo, mesmo sem querer, que esse povo é de “antes da história”, ou que esse povo é um povo “sem história”. Estamos excluindo esse grupo cultural da nossa história, da História da Humanidade.

Poderia existir um povo “antes da história” ou “sem história”?

Certamente não. Para tentar acabar com o preconceito embutido na palavra “pré-história”, o arqueólogo brasileiro Paulo Seda, propôs substituir a expressão “Pré-história da América” por “História Antiga da América”. Seda defende a posição de que os indígenas americanos, tal qual as sociedades antigas da Europa, também têm sua História Antiga, vivida desde antes da primeira penetração humana no continente americano, registrada de diferentes formas na paisagem, da qual nós mesmos somos herdeiros.

Em consonância com Paulo Seda, destacamos que a História do Brasil deve começar a ser contada a partir da História Antiga dos indígenas no Brasil. Não há justificativa para demarcarmos o início de nossa história somente a partir do ano 1500, com a chegada dos colonizadores europeus, uma vez que os povos indígenas são os ocupantes originais do nosso território desde milênios atrás. Precisamos entender que um processo histórico já se desenvolvia aqui antes da chegada dos portugueses e que os povos indígenas foram fundamentais na formação histórica do povo brasileiro. Assim, ao colocarmos os indígenas como nosso foco, a própria História do Brasil é alterada significativamente e ganha a profundidade que, de fato, tem.

Quando os europeus chegaram ao nosso território e entraram em contato com seus primeiros habitantes, chamaram a todos eles pelo nome genérico de “índios”. Mas é preciso destacar que esse termo, usado ainda hoje por nós com muita “tranquilidade”, é inadequado. Primeiramente porque, segundo algumas teorias, teria se originado de uma noção geográfica errada por parte dos europeus, que imaginaram ter chegado às Índias Orientais, batizando de “índios” os habitantes do Novo Mundo americano. Segundo, porque o rótulo “índio”, aplicado aos povos indígenas, dá a impressão de que todas as culturas indígenas eram iguais ou muito parecidas, o que não é verdade.

A variedade de grupos indígenas com diferentes línguas, sistemas socioculturais, políticos e econômicos era tão grande que fica difícil pensar em qualquer conceito unificador. Os vestígios encontrados nos nossos sítios arqueológicos mostram que havia grupos que não se fixavam em aldeias e que viviam da caça e da coleta e outros que acampavam em certas regiões para poder cultivar suas roças; uns produziam ferramentas de pedra lascada, outros usavam ferramentas de pedra polida e havia aqueles que utilizavam as duas formas de trabalhar a pedra; havia grupos que produziam cerâmica e outros que não usavam esse material... Enfim, cada povo vivia de acordo com sua própria forma de organização social e cultural. Ainda que alguns religiosos missionários reconhecessem certo grau de diferenciação entre os povos indígenas, de forma geral, os europeus tiveram dificuldade em perceber sua grande variedade cultural e de reconhecer as diferentes formas de organização das sociedades indígenas. Fazendo uso de uma comparação superficial entre os hábitos deles próprios com os hábitos dos povos indígenas, os portugueses concluíram que os “índios” que habitavam nosso território viviam na “infância da evolução”. Essa ideia de achar que os índios eram todos primitivos, que perdurou durante muito tempo em nossa história e que periodicamente reaparece entre nós ainda nos dias de hoje, é bastante equivocada.

A tendência de qualificar “o outro” de menos evoluído, ou primitivo, surgiu com o pensamento evolucionista que marcou as Ciências Sociais até o século XIX, quando antropólogos, arqueólogos e historiadores faziam uso de escalas evolutivas para classificar as sociedades humanas. Mas, a partir do século XX, percebeu-se que isso não fazia sentido e, hoje em dia, compreende-se que não há um povo mais evoluído que outro, mas sim, apenas povos diferentes uns dos outros. Dizer que os indígenas que viveram e ainda vivem no nosso país são pouco evoluídos desmerece toda a história milenar de adaptação bem-sucedida vivida por eles no nosso território, uma história fundamental, que serviu de base para o estabelecimento de todas as gerações que se sucederam aqui e resultaram na sociedade brasileira de hoje.

A eficácia no manejo da paisagem para obter recursos, a sofisticação na elaboração de artefatos, no manuseio dos materiais, na eficiência e beleza estética das ferramentas e objetos produzidos pelos indígenas ancestrais, fizeram surgir pesquisas no campo da **Arqueologia Experimental**, no qual arqueólogos procuram reproduzir técnicas e artefatos indígenas com as mesmas lógicas e materiais utilizados por eles, se empenhando para entender como conseguiam, com tão pouco, viver tão bem e dominar perfeitamente, por exemplo, o trabalho com a pedra e a cerâmica, fazendo uso de habilidades incomuns.



00:07:03



Nossa cultura ocidental, herdada dos portugueses, tende a priorizar a produção em larga escala, o acúmulo de bens e a exploração desenfreada do meio natural. A história das sociedades indígenas no Brasil aponta o contrário: a produção e o acúmulo de bens necessários para os índios deveriam ser apenas o suficiente para o grupo viver e crescer num ritmo que não esgotasse os recursos naturais. Eles entendiam, muito melhor que nós, quais eram as condições do local onde viviam, visando estabelecer relações harmônicas e inteligentes com o meio.

Diante desses fatos, evidenciados nos sítios arqueológicos e também nas sociedades indígenas atuais – “guardiãs” de terras indígenas que hoje são as áreas ecologicamente mais equilibradas e protegidas do Brasil –, pensamos que é preciso refletir:

Que modelo de sociedade seria, realmente, mais “evoluído”?

Nosso modelo de sociedade ocidental ou as sociedades indígenas?

No universo científico ocidental contemporâneo há um consenso: a cultura, a técnica e a relação homem-meio próprias das sociedades indígenas não são “coisa do passado”, pois qualquer pesquisa que busque uma relação mais saudável com nosso planeta tem nas sociedades indígenas uma fonte de inspiração fundamental e segura.

referências

BARTH, Frederick. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1988, p. 187-227.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. (Organização e tradução Celso Castro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2002.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA NETO, Edgard, “História e etnia”, In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 313-328.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Sílvia; GASPAR, Madu e GUIMARÃES, B. (orgs.). **Pré-história brasileira**. Rio de Janeiro: Manati, 2007.

PROUS, André (e PIMENTEL, Lucia Gouvêa – orientações pedagógicas). **Arte Pré-histórica do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1997.

SALES, Cristiano Lima. Etnias, fronteiras e ciências humanas: a contribuição da História da América. In: **Cadernos da História**, ano VII, nº. 2. Ouro Preto: dezembro de 2012. p. 97-123.

SEDA, Paulo. “Arqueologia e história indígena: por uma História Antiga da América”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. (org.). **Arqueologia e Patrimônio em Minas Gerais**. Juiz de Fora: Editar, 2007. p. 191-207.